

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS**

A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL

Neide da Fonseca

ORIENTADOR: Prof. Dr. Teófilo Henrique Pereira de Paula

TRÊS RIOS

2013

NEIDE DA FONSECA

A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL

Monografia de graduação submetida ao corpo docente do Instituto de Três Rios/UFRRJ como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Teófilo Henrique Pereira de Paula

Três Rios

2013

NEIDE DA FONSECA

CRISE DE 2008 E POLÍTICAS ECONÔMICAS DE SUPERAÇÃO

Três Rios ____de _____de _____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente, Nome do orientador (ITRE-UFRJ)

Prof. Teófilo Henrique Pereira de Paula

Prof. xxxx

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por me dar força e saúde para lutar conquistar meus objetivos, agradeço aos meus familiares por terem me ajudado nas horas mais difíceis e por último, mas não menos importante meus verdadeiros amigos que sempre me apoiaram e aconselharam nos momentos em que precisei.

Dedico esta monografia a minha família pelo apoio em cada fase de minha vida.

Aos professores por contribuir para minha formação.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Enfim, à todos que de alguma forma tornaram este objetivo mais fácil de ser conquistado.

RESUMO

A crise de 2008 foi marcante para a economia mundial e através de uma revisão bibliográfica, buscou-se apresentar algumas considerações sobre ela, bem como seus reflexos no Brasil, que não foram tão impactantes equiparados a outros países, inclusive os Estados Unidos, onde a mesma teve origem. Verificou-se que o Brasil aplicou políticas econômicas acíclicas, optando por alguns mecanismos que foram fundamentais para minimizar os impactos na economia brasileira. É relevante esclarecer que o Brasil vivenciou um período muito próspero o que contribuiu muito para que os impactos da crise de 2008 não fossem tão relevantes, gerando sérios prejuízos como ocorreu em outros países. As políticas fiscal, monetária e de renda adotadas, assim como os mecanismos e ações escolhidas pelo governo promoveram resultados favoráveis ao Brasil, que superou a crise de 2008 sem sérios prejuízos.

Palavras-chave: Crise de 2008. Políticas Econômicas Acíclicas. Mecanismos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 POLÍTICAS ECONÔMICAS	10
1.1 Política fiscal	10
1.2 Política monetária	12
1.3 Política de renda	14
2 A CRISE DE 2008	17
2.1 Origem da Crise Financeira de 2008	17
2.2 A crise no Brasil	19
2.3 A superação da crise de 2008	22
3 POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DA CRISE	25
3.1 Evolução da Crise	25
3.2 As Políticas Econômicas Anticíclicas	27
3.2.1 Fiscal	28
3.2.2 Monetária	31
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Em 2008 o mundo enfrentou uma crise econômica que afetou vários países, inclusive o Brasil, resultando em sérios problemas, como a falência de empresas, colapso de sistemas financeiros, aumento do desemprego, dentre vários outros.

O déficit da economia americana fez com que a oferta de crédito no mercado internacional tivesse queda significativa, levando os governos, inclusive o brasileiro, implantassem medidas emergenciais, visando reverter a situação da queda do crédito.

As medidas econômicas que o governo brasileiro adotou foram essenciais para a tentativa de reduzir os prejuízos que acometeram o país, que a partir de 2003 vivia seu melhor momento econômico equiparado aos últimos trinta anos.

Alguns fatores favoreceram a superação do Brasil frente a séria crise que todo o mundo enfrentava, com destaque à solidez do setor financeiro, que fez com que ocorresse um controle na redução de crédito e reverteu a situação de crise no setor bancário, dentre outros fatores relevantes, como a força do mercado interno que colaborou para que o país superasse de forma mais acelerada a crise e ainda, a estratégia adotada pelo governo Lula, que se revelou satisfatória.

A política econômica aplicada durante crise de 2008 voltou-se para a redução da taxa básica de juros Selic, assim como do depósito compulsório, foram estimulados investimentos privados para expandir as operações de crédito dos bancos públicos, além disso, o Banco Central aumentou as linhas de crédito em dólares para exportadores, foram realizadas renúncias fiscais para alguns setores, entre eles o automobilístico e o de materiais de construção civil, por exemplo, além de várias outras medidas que se mostraram fundamentais para a superação da crise.

É neste contexto que se baseia o presente estudo, que tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a estratégia de Política Econômica do Brasil no período da crise de 2008.

Foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo por base a coleta, leitura e análise de vários textos publicados sobre o assunto, como forma de construir uma visão mais clara sobre o tema.

O trabalho foi dividido em três capítulos distintos, onde inicialmente, realizou-se uma reflexão sobre as políticas econômicas, trazendo algumas considerações sobre a política fiscal, a política monetária e a política de renda. Em seguida, foram apresentadas considerações sobre a crise de 2008, destacando-se a origem da crise, alguns comentários relevantes sobre ela e ainda, o processo de superação. O último capítulo tratou da política econômica no Brasil no período da crise, trazendo comentários sobre sua evolução, além de uma reflexão com destaque às políticas econômicas anticíclicas adotadas no Brasil, destacando-se a política fiscal e a monetária.

1 POLÍTICAS ECONÔMICAS

1.1 Política fiscal

A política fiscal é tema de total importância para a economia do país e por isso, deve ser analisada e determinada com cautela, partindo-se de profundos estudos, uma vez que envolve aplicação de impostos de alocação de despesas.

Definir o significado de política fiscal não é tarefa fácil, isso porque há diferentes pontos de vista, com as devidas fundamentações, mas para que seja possível entender seu conceito, serão apresentadas as ideias publicadas por alguns autores que merece destaque.

Partindo-se da definição de Carvalho *et. al.* (2008, p. 432) pode-se dizer que a política fiscal:

[...] se caracteriza pelos gastos do governo, pela tributação e pela política de endividamento público. É uma das principais ferramentas de que o governo dispõe para a promoção do pleno emprego, da estabilidade de preços e do rápido crescimento econômico.

Sendo a oferta monetária constante, o governo financiará seus gastos a partir de duas alternativas básicas: a primeira refere-se aos rendimentos de patrimônio receita de impostos, taxas cobradas pela prestação de serviços e ainda da venda de ativos; a segunda é o endividamento (CARVALHO *et. al.*, 2008).

O governo terá seu orçamento equilibrado quando: “[...] a receita do governo, proveniente da arrecadação de impostos e das taxas de serviços for igual aos gastos do governo com a compra de bens e serviços mais o valor das transferências para o público (CARVALHO *et. al.*, 2008, p. 432-433)”.

Por outro lado, ocorrerá déficit no orçamento quando ocorrer um desequilíbrio na receita do governo, resultado de gastos superiores aos valores arrecadados, gerando a necessidade de o governo emitir títulos públicos que garantem ao credor o pagamento de determinada taxa de juros (CARVALHO *et. al.*, 2008).

Destaca-se também o *superávit* orçamentário que ocorre quando o governo arrecada um montante superior às despesas, o que permite que as dívidas que ele possui seja reduzida (CARVALHO *et. al.*, 2008).

Para Pinho *et. al.* (2005, p. 315): “As políticas fiscais do governo se constituem nas suas despesas e no seu sistema tributário, e seriam utilizadas com o objetivo de conduzir a demanda agregada ao nível da renda de pleno emprego da economia”.

Blanchard (2011, p. 501) apresenta um resumo da política fiscal através de tópicos:

- No curto prazo, um déficit orçamentário (desencadeado, digamos, por uma diminuição dos impostos) aumenta a demanda e o produto. O que acontece com os gastos de investimento é ambíguo.
- No médio prazo, o produto volta ao nível natural de produto. A taxa de juros e a composição dos gastos são, contudo, diferentes. A taxa de juros é maior, e os gastos de investimentos são menores.
- No longo prazo, um investimento menor implica um estoque de capital menor e, portanto, um nível de produto menor.

A política fiscal é regida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitam as ações dos governantes, impondo obrigações e responsabilidades na utilização dos recursos públicos.

Brasil (2010) aponta a política fiscal como a que mais progrediu no período que antecedeu a crise de 2008 vivida em esfera mundial, atingindo o país e gerando prejuízos em sua economia. Neste período o Brasil apresentou superávits fiscais e maior controle de sua dívida, diferente do período pós-crise.

Vale apresentar uma crítica à política fiscal adotada no período pós-crise de 2008:

[...] a política fiscal também constituiu alvo de críticas pelo seu caráter anticíclico e, sobretudo, expansionista, assumido a partir de dezembro de 2008. Segundo a crítica ortodoxa, políticas fiscais expansionistas são intrinsecamente inflacionárias, contribuindo para a redução do gasto privado (efeito *crowding out*), tendo como resultado líquido apenas a recomposição da demanda sem alterar a sua magnitude, surtindo, portanto, efeitos nulos sobre o produto no longo prazo. Neste caso, o recomendável, segundo esta corrente, seria reduzir o gasto público como forma de estímulo ao gasto privado e, assim, induzir a recuperação econômica (BRASIL, 2010, p. 48).

A política fiscal que é adotada pelos governos objetiva a estabilidade do sistema econômico e quando ocorre um desequilíbrio no mesmo, é preciso realizar um estudo profundo para se determinar as medidas necessárias para reestabelecer o equilíbrio econômico do país.

Três metas são apontadas para a política fiscal, sendo a primeira delas a estabilização da economia com estímulo da produção e do emprego; a redistribuição da renda a partir de maior tributação para os mais ricos; alocação e fornecimento de serviços e bens para atender as necessidades das comunidades (REZENDE, 2009).

1.2 Política monetária

A política monetária é outra ferramenta da política econômica, que envolve o controle do dinheiro que é utilizado pelos agentes econômicos e serve para que o governo identifique o montante que é utilizado no mercado.

Um importante conceito é apresentado por Pinho *et. al.* (2005, p. 326):

A política monetária se refere aos processos de oferta de moeda, aos instrumentos utilizados e aos mecanismos de transmissão de seus efeitos. A oferta de moeda é realizada tanto pelas autoridades monetárias, pela emissão de notas e moedas metálicas, quanto pelos bancos comerciais que, apesar de não poderem emitir, podem, no entanto, criar ou destruir moeda.

A moeda pode ser entendida de maneira específica e limitada, como as moedas em poder público e as dos depósitos à vista que se encontram sobre a responsabilidade dos bancos comerciais, representando, portanto, agregados monetários de liquidez imediata que não rendem juros (PINHO *et. al.*, 2005).

A oferta da moeda ocorrerá através do Banco Central, que é o órgão responsável pela emissão de moeda e também pelos bancos comerciais, que procedem aos depósitos à vista (PINHO *et. al.*, 2005).

Em relação aos instrumentos utilizados pela política monetária, é possível dizer que são eles os responsáveis por tornar viável uma oferta de moeda ao

sistema econômico, objetivando a liquidez do sistema, além de desenvolver as atividades econômicas. São três instrumentos da política monetária: reservas obrigatórias, operações de mercado aberto e política de redescontos.

As reservas obrigatórias são definidas por Pinho *et. al.* (2005, p. 328-329):

[...] os bancos comerciais guardam uma parcela dos depósitos como reservas com a finalidade de atender ao movimento de caixa. Em geral, os bancos centrais forçam os bancos comerciais a guardar reservas superiores às que seriam indicadas pela experiência e pela prudência destes estabelecimentos. No Brasil, estas reservas obrigatórias ou compulsórias são em média pouco superiores a 70% dos depósitos à vista; nos Estados Unidos, esta taxa é pouco superior a 2%; e, na Inglaterra, aproximadamente 4% do total dos depósitos.

As operações de mercado aberto representa outra ferramenta utilizada para o controle da oferta de moeda, sendo representadas por vendas ou compras de títulos do governo no mercado de capitais que são realizadas pelo Banco Central, o que tem como consequência o aumento dos depósitos realizados nos bancos comerciais (PINHO *et. al.*, 2005).

A política de redesconto também é um instrumento importante e tem como objetivo o controle da oferta da moeda, através da renegociação de empréstimos disponibilizados pelo Banco Central a outros bancos. Neste sentido, é adotada uma política liberal de crédito, com valores altos que são disponibilizados, com juros baixos, facilitando o empréstimo de outros bancos para que se mantenham ativos em meio a um mercado competitivo (PINHO *et. al.*, 2005).

O último instrumento da política monetária analisado tem por base os mecanismos de transmissão da mesma, que podem ser de equilíbrio de carteira, de riqueza, de disponibilidade de crédito ou mecanismos de expectativas. Cada um deles com significativa importância.

Segundo Pinho *et. al.* (2005, p. 330-331):

Mecanismo de equilíbrio de carteira [...] é um conjunto de ativos com características específicas de risco, retorno, liquidez, prazo, entre outras [...]. A moeda é um dos ativos que compõe as carteiras dos indivíduos. [...] Mecanismo da riqueza: [...] A importância do mecanismo riqueza na economia pode aferir-se verificando-se o impacto da queda da Bolsa de Valores na economia norte-americana em 24 de outubro de 1929. [...]

Mecanismo da disponibilidade de crédito: [...] está centrado basicamente na disponibilidade de liquidez na economia. O aspecto mais relevante a ser observado na oferta monetária é a abundância de liquidez. [...] Mecanismos das expectativas: mudanças na oferta monetária afetam as expectativas da sociedade. As duas mudanças mais importantes são as que se dão nas expectativas de preços e nas expectativas dos empresários.

Independente da oferta da moeda, dos instrumentos e mecanismos da política monetária, o fato é que esta última afeta muito a economia de um país e seu objetivo fundamental é alcançar a estabilidade no ambiente macroeconômico (CARVALHO *et. al.*, 2008).

De forma resumida, Blanchard (2011, p. 501) apresenta importantes considerações sobre a política monetária:

- No curto prazo, a política monetária afeta tanto o nível de produto quanto sua composição: um aumento da moeda leva a uma diminuição das taxas de juros e a uma depreciação da moeda. Ambos, por sua vez, levam a um aumento da demanda por bens e a um aumento do produto.
- No médio prazo e no longo prazo, a política monetária é neutra: mudanças no nível ou na taxa de crescimento da moeda não exercem qualquer efeito sobre o produto ou o desemprego. Mudanças no nível da moeda levam a aumentos proporcionais dos preços. Mudanças no crescimento da moeda nominal levam a mudanças correspondentes na taxa de inflação.

A política monetária, assim como a fiscal podem modificar a demanda e o produto, sendo o controle da oferta da moeda a base desta modalidade de política econômica, que também influencia as taxas de juros em curto prazo, visando estabilizar a economia.

1.3 Política de renda

Tratar de renda remete a ideia de rendimentos que os trabalhadores acumulam a partir das atividades laborais e segundo o glossário de economia, a política de renda: “Estabelece controles sobre a remuneração dos fatores diretos

de produção envolvidos na economia, tais como salários, depreciações, lucros, dividendos e preços dos produtos intermediários e finais”.¹

A política de renda pode ser entendida como diretrizes que são criadas pelo governo para intervir de maneira direta nos rendimentos das famílias de um país, o que ocorre por meio do controle de preços, com determinação de aumentos, reduções ou congelamentos e ainda, pela implementação de planos de estabilização, destacando-se como exemplo o Plano Real (SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010, p. 31):

Outras formas de política de renda podem ser as políticas de renda mínima, tais como programas de transferência direta de renda do Estado (bolsa-família, bolsa-escola), de reforma agrária, etc. Um caso especial de política de renda, no caso da agricultura, é a política de garantia de preços mínimos, conhecida no Brasil como PGPM. Sua finalidade é reduzir as incertezas quanto aos preços recebidos pelos produtores no momento da comercialização, permitindo-lhes programar a renda a ser auferida com a venda da produção.

A política de renda pode ser aplicada a partir de programas voltados para políticas de renda mínima ou pela política de renda básica. A primeira objetiva erradicar a pobreza, através da disponibilização de um montante mínimo para que famílias de baixa renda sobrevivam, estimulando assim, a democracia. A política de renda básica refere-se a uma ajuda de custo oferecida a famílias, independente de sua condição socioeconômica, de modo a garantir condições mínimas para elas, especialmente no que trata da alimentação, saúde, educação e etc.

Através da política de renda, o governo realiza um controle direto em relação aos preços e remunerações, abrangendo salários, lucros, dividendos, preços dos produtos etc. Trata-se de uma política que apresenta diretrizes específicas comumente utilizadas em períodos em que ocorre crescimento da procura, buscando-se evitar o aumento dos preços (ABREU, 2009).

Segundo Meneses (2011, p. 28):

¹ Retirado do Site: <<http://www.foregon.com>> [Acesso em 06 de agosto de 2013].

Na economia, uma política de renda pode interferir na taxa de inflação, pois aumento de salário gera inflação de demanda. O mercado de capitais – cujas taxas cobradas são menores do que as do mercado de crédito – tem a sua razão de ser na poupança doméstica, pois na economia poupança é investimento, e estes recursos têm ganhos futuros, sendo a compra de ações uma das alternativas.

Percebe-se que a política de renda exerce forte influência em vários elementos da econômica, com destaque às taxas inflacionárias de demanda que surgem a partir do aumento do salário dos indivíduos.

2 A CRISE DE 2008

2.1 Origem da Crise Financeira de 2008

A crise financeira de 2008 teve origem a partir de uma série de fatores que foram surgindo desde a crise de 2006, motivada pela desvalorização dos ativos das instituições financeiras, bem como da falência de alguns bancos, retraindo os que conseguiram se manter no mercado, o que serviu de ponto inicial para o agravamento deste cenário (CARVALHO *et. al.*, 2008).

Conforme Carvalho *et. al.* (2008 p. 21):

[...] mesmo as instituições sobreviventes se retraem. Em parte porque compartilham o clima de temor e desconfiança, em parte porque sua capacidade de empréstimo diminui quando seu capital se contrai. O resultado é que os bancos e financeiras passam a emprestar menos, empresas se veem sem capital de giro para produzir e consumidores deixam de adquirir bens duráveis porque não há crédito. Em suma, a economia real começa a esfriar, o crescimento econômico se desacelera ou se transforma em contração, o desemprego cresce e o risco de uma recessão séria se instala.

A economia dos Estados Unidos encontra-se nesse momento em processo inicial de crise patrimonial, motivada pela desvalorização dos ativos dos bancos, levando o governo americano a propor a compra dos ativos que não são vendidos para estabilizar seus valores, evitando a falência de novas instituições, buscando o reestabelecimento dos bancos para que não haja recessão mais séria. Ocorre que a decisão do governo e as medidas aplicadas não resultam no esperado e a crise se agrava, atingindo outros países, entre eles o primeiro atingido foi a Inglaterra e rapidamente, alcançando vários outros (CARVALHO *et. al.*, 2008).

Segundo Curvo (2011, p. 151-152):

A partir de março de 2008, só para citar os casos principais, o Banco *Bears Stearns* tombou e só não foi tecnicamente à falência em razão de uma fusão forçada com o *J.P. Morgan Chase*. Em maio, foi a vez do maior prestador hipotecário, o *Countrywide Finacial*, por sua vez acudido pelo *Bank of America*. Em agosto, o conhecido caso da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*, gigantescas prestadoras hipotecárias, socorridas pelo próprio governo.

Foram grandes as proporções a que a crise vivenciada pelas instituições financeiras tomou, sendo considerada uma crise sistêmica, afetando toda a organização financeira internacional, apresentando reflexos também em países como o Brasil, com forte impacto no ano de 2008, revelando que a crise iniciada nos Estados Unidos se prolongou e se agravou gradativamente.

Farhi *et. al.* (2008) entendem ainda que a dimensão sistêmica da crise teve início com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, o que aumentou a insegurança dos investidores e levou muitos investidores a evitar riscos.

Segundo Farhi *et. al.* (2008, p. 23):

É importante delinear alguns dos principais fatores que transformaram uma crise de crédito clássica em uma crise financeira e bancária de imensas proporções. Numa crise de crédito clássica, a somatória dos prejuízos potenciais (correspondente aos empréstimos concedidos com baixo nível de garantias) e sua distribuição já seriam conhecidas, enquanto que na atual configuração dos sistemas financeiros, os derivativos de crédito e os produtos estruturados lastreados em crédito imobiliário replicaram e multiplicaram tais prejuízos por um fator desconhecido e redistribuíram, globalmente, os riscos deles decorrentes para uma grande variedade de instituições financeiras. As incertezas sobre a efetiva situação dos balanços dessas instituições levaram a um congelamento dos mercados interbancários, expresso em spreads extremamente elevados. Como as maciças injeções de liquidez das autoridades monetárias, que foram flexibilizando suas exigências e passaram a aceitar praticamente todo e qualquer colateral como garantia, não foram capazes de reverter esse processo de “empocamento da liquidez” em escala mundial, os países da União Europeia, dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos, seguiram o exemplo do Reino Unido e anunciaram, nas duas últimas semanas, garantias a seus créditos.

Observa-se que a crise impactou de forma mais intensa os Estados Unidos, quanto ao Brasil, pode-se dizer que os reflexos foram reduzidos, especialmente se comparada com crises anteriores verificadas ao longo da história.

2.2 A crise no Brasil

A crise de 2008, como já dito anteriormente, trouxe sérias consequências para os Estados Unidos, desencadeando problemas em nível mundial, atingindo diversos países, entre eles o Brasil.

É relevante esclarecer que a economia brasileira, inicialmente, não foi intensamente abalada pela crise de 2008 por estar fortalecida no que se refere ao setor externo, apresentando maior resistência a choques, além de uma política fiscal e monetária que colaborou para um menor impacto (ASSUNÇÃO, 2012).

O Brasil foi atingido pela crise de forma mais representativa somente no terceiro trimestre de 2008, em virtude dos problemas vivenciados pelos agentes econômicos, o que motivou a redução de créditos destinados a exportação, financiamento de investimentos produtivos e aquisição de produtos, especialmente bens de consumo duráveis (BRASIL, 2010).

Felizmente, os impactos na economia brasileira não foram tão devastadores, mas isso não quer dizer que não afetou o país, na realidade, alguns problemas surgiram, como a rápida e desordenada desvalorização do câmbio que desestabilizou a economia, resultando em prejuízos para várias empresas, especialmente, as exportadoras (OREIRO, 2008).

Sobre as empresas exportadoras, Oreiro (2008, p. 59) explica:

[...] as empresas exportadoras realizaram excessivamente operações de *forward target*, realizando uma dupla aposta na apreciação cambial. Na primeira aposta, as empresas venderam dólar aos bancos por intermédio de um instrumento chamado *forward*. Em outras palavras, nesta operação as empresas realizam uma operação clássica de venda de dólar no mercado a termo, apostando na apreciação cambial com o objetivo de ganhar os juros da operação, recebendo, portanto, uma receita financeira. Outra possibilidade advém das operações de swap cambial reverso realizadas pelo Banco Central (BC), operações essas que, na prática, conferem às empresas cupom cambial no caso de queda do dólar. Essas duas operações, em si, não representam elevada exposição cambial se casadas com a receita em dólar que as empresas obtêm com as exportações. Já em uma operação de *target forward*, uma segunda operação sucede a venda a termo. As empresas vendem novamente dólar para os bancos no mercado futuro por intermédio da venda de opções de compra a descoberto, conferindo aos bancos o direito de comprar dólar no futuro a um preço pré-estabelecido.

Com a grande apreciação cambial que ocorreu entre os anos de 2005 e 2007 as empresas exportadoras usaram como estratégia de sobrevivência a compensação das perdas operacionais através de receitas financeiras (OREIRO, 2008).

Vale ressaltar que a incerteza quanto ao cenário econômico internacional, assim como a redução das condições de financiamento empresarial, aversão aos riscos por parte dos investidores e a desvalorização cambial como os principais resultados da crise de 2008 no Brasil (ASSUNÇÃO, 2012).

Para Assunção (2012, p. 14):

No lado real da economia, observou-se uma rápida desaceleração, interrompendo o ritmo de crescimento que vinha sendo observado há vários trimestres. Nesse cenário fez-se necessária a ação de uma política fiscal anticíclica, no sentido de atenuar os efeitos da crise. É importante ressaltar a dificuldade de respostas rápidas a variações na demanda agregada via política fiscal, principalmente em função da anualidade do orçamento e da rigidez orçamentária.

É relevante mencionar que a partir de reflexões baseadas em uma análise histórica, Oreiro (2008) conclui que o Brasil não está protegido de uma crise financeira internacional, pois há determinada fragilidade no setor produtivo em virtude da grande exposição de instrumentos cambiais.

Loureiro (2011, p. 72) apresenta uma reflexão sobre as políticas expansionistas adotadas pelo governo brasileiro para reestabelecer o equilíbrio econômico do país:

Com a crise financeira internacional de 2008, as políticas expansionistas destinadas a recuperar o nível de atividade econômica tiveram um reforço adicional, destacando-se dois grupos de medidas. O primeiro visou gerar provisão de liquidez ao sistema financeiro, por meio da redução dos depósitos compulsórios, criação de financiamento de curto prazo às exportações e desoneração de vários setores. O segundo grupo procurou atuar em dimensões mais estruturais, com o lançamento do programa habitacional dirigido para a população de baixa renda (Minha Casa, Minha Vida), mobilizando os bancos públicos que assumiram política ativa de expansão do crédito e procuraram, assim, compensar o "atraso" da política monetária em estimular a recuperação econômica. Embora os sinais da crise já estivessem desenhados no horizonte, o Copom iniciou, em janeiro de 2008, um novo ciclo de elevação da taxa de juros, argumentando eventual possibilidade de recrudescimento da inflação. A explosão da crise em setembro de 2008 tampouco gerou a redução rápida da taxa de juros; ao contrário, esta se manteve elevada (no patamar de 13,75% ao ano) até janeiro de 2009, quando inicia lenta trajetória de queda.

Durante a crise de 2008 foi mantida a política monetária com decisões tomadas pelo Banco Central, mas com mudanças nas políticas econômicas, afetando os resultados relacionados ao crescimento econômico, elevação da taxa de emprego e ainda, redução da pobreza e desigualdade (LOUREIRO, 2011).

Destaca-se o fato de ocorrer uma forte desaceleração na venda de produtos, especialmente no setor automotivo e agricultura, o que motivou a aplicação de medidas para reestabelecer o equilíbrio econômico, partindo-se do estímulo do setor privado nacional (BRASIL, 2010).

Segundo Brasil (2010, p. 30):

[...] os resultados efetivos referentes à execução da política econômica mostraram que seus pilares centrais não romperam com o referido trinômio macroeconômico. Isso porque a política monetária, mesmo flexibilizada pontualmente em determinados momentos da crise, seguiu atrelada ao cumprimento da meta de inflação; o regime cambial continuou flutuando ao sabor da oferta e demanda por divisas; e, no caso da política fiscal, que foi o mais heterodoxo dos instrumentos de política econômica adotados no período da crise, em 2009 dava sinais de que ainda perseguiria superávits primários positivos, mesmo que isto significasse patamares históricos inferiores à sua média do período recente.

A política fiscal adotada muito contribuiu para reduzir o impacto da crise no Brasil, o que alcançou o sucesso, uma vez que as medidas implantadas pelo governo geraram resultados satisfatórios, com destaque para a redução da alíquota do imposto de renda de pessoa física para estimular a demanda agregada, a redução do IPI Automóveis para estimular o setor automobilístico e ainda a desoneração do IOF em relação ao crédito ao consumidor para motivar o crédito privado (ASSUNÇÃO, 2012).

O segundo momento das medidas é descrito por Assunção (2012, p. 14):

Num segundo momento, foram anunciadas a manutenção da desoneração do IPI Automóveis e expansão das reduções para setores como Construção Civil, indústria da linha branca e bens de capital. Como medida compensatória, houve ainda uma elevação da alíquota do IPI fumo. As estimativas são de que estas medidas, pelo lado da receita, representaram uma renúncia de tributária da ordem de R\$ 13,6 bilhões em 2009.

Outras medidas foram aplicadas, como o reajuste do salário mínimo, por exemplo, com um impacto fiscal considerável e que muito ajudou o país a enfrentar a crise mundial.

Oreiro (2008) considera as medidas tomadas pelo governo insuficientes diante da gravidade da crise, que não se limita a questões de falta de liquidez bancária, mas sendo algo muito amplo, que demanda atenção especial, pois se refere ao “empoçamento de liquidez”. O autor defende a adoção de uma política monetária expansionista, auxiliada pela política fiscal, visando corrigir falhas no mercado.

2.3 A superação da crise de 2008

Para a superação da crise de 2008 foram adotadas várias estratégias pelo governo e a partir delas, é preciso apontar os resultados alcançados e as perspectivas voltadas para o pós-crise.

Nos Estados Unidos, a primeira ação econômica de superação foi aplicada em 2009 por meio de um pacote com várias medidas, as quais se voltavam para a interrupção do detalhamento da instabilidade, redução das expectativas negativas, bem como recuperação da confiança dos investidores, o que ocorreu a partir da redução de juros e a revalorização dos ativos de risco (LOURENÇO, 2009).

Segundo Lourenço (2009, p. 2):

[...] o plano ainda mostrou-se insuficiente para incitar o delineamento de uma curva consistente de restauração econômica. Adicionalmente, há a possibilidade de a crença na ocorrência de um ponto de inflexão no movimento cadente e o sentimento de que “o pior já passou” virem a conduzir ao abrandamento prematuro das posturas contracíclicas e ao retorno dos procedimentos financeiros benevolentes, enquanto a proposta Obama de regulação tramita no legislativo dos EUA.

Foram adotadas políticas anticíclicas para superar a crise que recaiu na economia mundial, tendo por base o afrouxamento das políticas fiscal e

monetária, com expansão da demanda agregada visando recuperar o equilíbrio das atividades econômicas.

Alguns economistas criticaram a adoção de políticas anticíclicas e a argumentação dos mesmos baseava-se, segundo Brasil (2010, p. 37):

[...] na defesa da manutenção do bom funcionamento do regime de metas de inflação e na necessidade de aprofundamento do ajuste fiscal, evitando-se pressões adicionais de demanda que poderiam conduzir à deterioração das contas externas do país e ao surgimento de pressões inflacionárias. Os críticos da ação anticíclica previam que tais desequilíbrios se manifestariam no pós-crise, em decorrência do supostamente inadequado caráter anticíclico conferido aos instrumentos de política macroeconômica.

A crise teve origem no âmbito financeiro e se estendeu para o setor produtivo, o que levou o governo a buscar meios de reverter a situação de maneira rápida e eficaz.

Neste sentido, o governo tomou medidas de recuperação, de garantia da solidez do setor bancário, de contenção da crise cambial e de estímulo fiscal. Em relação à recuperação, foram aplicadas medidas de flexibilização das regras do depósito compulsório para à vista e a prazo. As modificações realizadas nos depósitos a prazo objetivavam alcançar a solidez do sistema bancário, sendo utilizado até 40% dos recursos do compulsório para depósitos a prazo. Quanto à contenção da crise cambial, Brasil (2010, p. 43) explica:

Entre as medidas visando conter a crise cambial, as principais foram as intervenções do Banco Central por intermédio de operações de venda de dólares no mercado à vista e de leilões de venda com compromisso de recompra. Estas intervenções, no entanto, não impediram que a taxa de câmbio atingisse a cotação de R\$ 2,51/US\$ em 08/12/08, depois de ter fechado o mês de agosto em R\$ 1,63/US\$ – o que representou desvalorização de 54%. O estoque de reservas internacionais, apesar disto, pouco se alterou, passando de US\$ 207,5 bilhões em setembro de 2008 para US\$ 203 bilhões no mês seguinte, fechando dezembro do mesmo ano com um saldo de US\$ 206,8 bilhões.

Por fim, o estímulo fiscal ocorreu a partir das desonerações fiscais, sendo a primeira delas anunciada em 2008, voltada para o setor automotivo, de produtos eletrodomésticos e de material de construção. No ano seguinte foi abrangido também o setor moveleiro (BRASIL, 2010).

Certamente a crise de 2008 não foi superada de forma imediata e fácil, sendo necessárias várias medidas implementadas pelo governo para buscar o equilíbrio da economia brasileira, o mesmo sendo realizado nos outros países que foram atingidos pela mesma, cada qual utilizando os recursos e alternativas que dispunham para restaurar suas atividades econômicas.

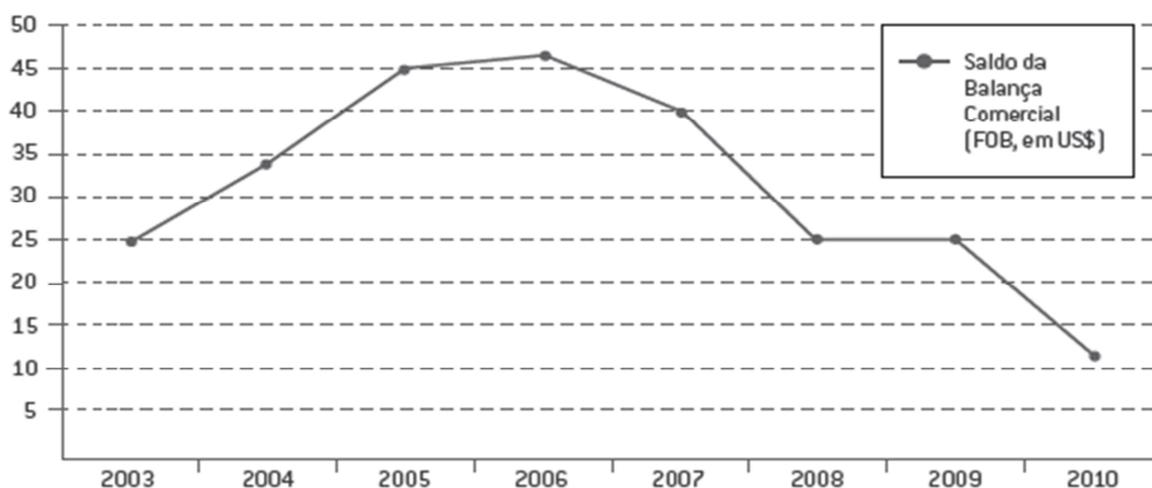
3 POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL NO PERÍODO DA CRISE

3.1 Evolução da Crise

A crise econômica que atingiu os países centrais a partir de 2007, chegando ao Brasil em 2008 impactou de maneira mais relevante os primeiros, diferente do país que apresentou resultados mais brandos, mas consideráveis.

É relevante esclarecer que nos anos anteriores à crise, o Brasil viveu um momento de expansão da economia, reflexo do que era vivenciado em âmbito mundial, motivando um saldo comercial positivo, situação que se reverteu entre os anos de 2008 e 2009, isso porque, com a crise que se instalou na economia mundial, ocorreu a retração dos saldos positivos, valendo enfatizar que o país só se manteve equilibrado em virtude do bom resultado do período anterior.

Gráfico 1 – Evolução da Balança Comercial no período de 2003-2010



Fonte: Magalhães, 2011, p. 142.

Conforme se observa pelo Gráfico 1, de 2003 até 2005 houve um crescimento significativo no saldo da Balança Comercial, progredindo de vinte e cinco para quarenta e cinco bilhões de dólares, o ano de 2006 também apresentou progresso, mas não tão significativo. Verifica-se que a partir de 2007,

quando a crise mundial gerava prejuízos aos países centrais, o saldo da Balança Comercial iniciou um processo de queda, que se intensificou em 2008, ano em que atingiu o Brasil.

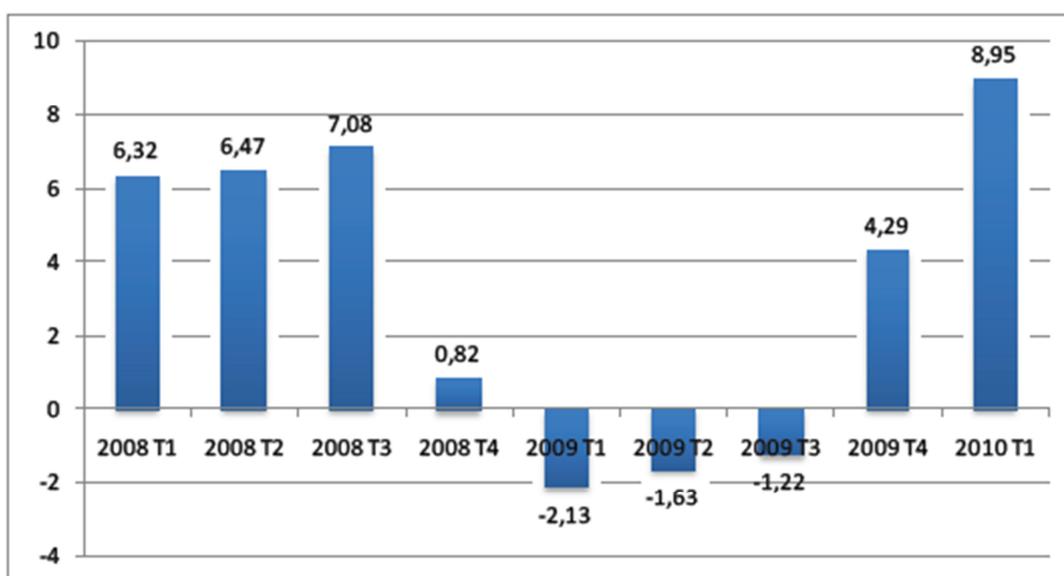
Como o Brasil havia ampliado as exportações, a crise econômica de 2008 que atingiu todo o mundo, fez com que países com competitividade limitada fossem atingidos e, apesar de não gerar sérios danos à economia brasileira, ocorreram determinados prejuízos, como a queda no saldo da Balança Comercial, o que fica claro por meio o Gráfico 1.

Segundo Magalhães (2011, p. 142):

[...] quando os termos de troca tornam-se desfavoráveis a essa pauta de exportações, os efeitos sobre a balança comercial passam a ser imediatos. Esse aspecto já está presente na balança comercial do país a partir de 2009. Esse movimento das exportações até 2008 atuou decisivamente no sentido de elevar as reservas internacionais e, com isso, permitir um ajuste externo da economia brasileira, com a dívida externa do setor público sendo zerada ainda no ano de 2007, ou seja, de uma taxa dessa dívida de quase 15% do PIB em 2003, atingiu-se um saldo positivo recentemente, com o Brasil emprestando, inclusive, recursos ao próprio FMI nos anos de 2008 e 2009.

Outra questão relevante se refere à variação nas taxas do PIB que pode ser claramente percebida por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução trimestral da taxa de crescimento do PIB brasileiro 2008-2010



Fonte: Ipeadata *apud* NOZAKI, 2011, p. 44.

Nota-se que a partir de 2008 as taxas do PIB brasileiro tiveram queda muito relevante, chegando no início de 2009 a apresentar valores negativos. As taxas negativas se mantiveram por quase todo o ano de 2009 e no final do mesmo ano houve uma recuperação considerável, que se manteve no início de 2010, com expansão do crescimento do PIB, que chegou a 8,95%, valor superior ao anterior à crise, pois no início de 2008 totalizava 6,32%.

Segundo Nozaki (2011, p. 44):

Como resultado da retomada de crescimento do PIB, as taxas de desemprego (nas regiões metropolitanas) caíram significativamente entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010. Tais resultados refletem, em alguma medida, o sucesso de medidas de política econômica anticíclica, mas são também frutos do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro que retomou sua trajetória de crescimento, sobretudo, a partir de 2004.

A situação brasileira não foi tão grave quanto nos países centrais, especialmente, em virtude das políticas econômicas anticíclicas adotadas, o que é tema do tópico seguinte.

3.2 As Políticas Econômicas Anticíclicas

Para McChesney (1997 *apud* MANKIW, 2008), a economia é instável, sofrendo modificações constantes, que geram reflexos em todo o país, principalmente em momentos em que se tem início um processo de crise, seja em âmbito nacional ou mundial, o que demanda a implementação de políticas econômicas de estabilização.

Segundo Mankiw (2008, p. 298):

[...] a economia passa por frequentes choques na demanda agregada e na oferta agregada. A menos que os formuladores de políticas econômicas façam uso de políticas monetárias e fiscais para estabilizar a economia, esses choques levarão a oscilações desnecessárias e ineficientes na produção, no desemprego e na inflação. [...] a política macroeconômica deve se colocar na direção contrária ao vento, estimulando a economia quando ela está desaquecida e desacelerando o ritmo da economia quando ela se encontra superaquecida.

A crise de 2008 gerou a busca de soluções por parte do governo, isso porque afetou não só o setor financeiro, mas também produtivo, tornando-se um grande desafio para reduzir seus efeitos, não gerando grande impacto ao Brasil.

As políticas econômicas são complementares e foi preciso promover ações que contivessem a retração no desenvolvimento da economia brasileira tanto no ano de 2008, quanto 2009, uma vez que a crise atingiu de forma significativa os países centrais, motivando um declínio do setor externo, afetando a demanda de produtos brasileiros (SCHLÖGL, 2011).

Segundo Schlögl (2011, p. 52):

A retração neste componente da demanda constitui uma variável fora do controle das autoridades econômicas. As medidas cabíveis neste sentido estiveram atreladas a concessão de crédito, bastante escasso em função da redução das linhas de financiamento externo. Ressalte-se que estas medidas foram tomadas com bastante rapidez pelo Banco Central.

Para reverter a situação, o governo buscou restaurar a demanda, adotando uma política econômica anticíclica, que se baseou em vários mecanismos, que, em princípio visaram estabilizar o sistema financeiro doméstico.

Pode-se entender a política econômica anticíclica como uma série de ações realizadas pelo governo que objetivam alterar as atividades econômicas em períodos de crise.

As ações foram promovidas na política monetária e, principalmente, na fiscal, em virtude de sua importância, será realizada uma breve reflexão de cada uma dessas políticas, focando o período da crise.

3.2.1 Fiscal

A política fiscal anticíclica foi a que mais se destacou durante a crise de 2008, que objetivava reduzir seus efeitos, voltando-se para questões relacionadas à receita e às despesas para motivar a demanda agregada (ASSUNÇÃO, 2012).

Foi determinante o papel da política fiscal no combate à crise e segundo Cavalcante (2008, 2019, p. 15):

A crise global de 2008-2009 reacendeu o interesse dos economistas e *policymakers* no uso da política fiscal como meio de atenuação dos ciclos econômicos. Em uma conjuntura na qual a política monetária se revelava ineficaz para combater os efeitos perversos da crise financeira sobre a economia real, a maioria dos países atingidos pela crise recorreu a diversos estímulos fiscais visando evitar quedas mais fortes no nível de atividade. Segundo estimativa da OCDE de março/2009, por exemplo, o tamanho dos pacotes de estímulo fiscal adotados para combater a crise nos países associados chegou, em média, a 2,5% do PIB (OECD, 2009).

As políticas fiscais inibiram a crise, impedindo que atingissem grandes proporções e possibilitando a compensação dos efeitos negativos que se refletiram em vários aspectos, com destaque aos juros elevados e ao câmbio desvalorizado (NOZAKI, 2011).

Com a implantação de políticas econômicas anticíclicas alguns resultados foram alcançados e passou-se a um processo de superação da crise, com evolução na taxa de crescimento para 25,95 no início de 2010.

Segundo Nozaki (2011, p. 51):

Ainda que, no Brasil, os investimentos públicos possam ser considerados aquém da necessidade de infra-estrutura, sobretudo no que se refere a energia e transportes, eles avançaram substancialmente e podem ser considerados os responsáveis pela ampliação da formação bruta de capital fixo, posto que depois de 2008 a tendência à desaceleração da taxa de investimento privado foi substituída pela ascensão da taxa de investimentos públicos, com destaque para as empresas estatais, de maneira que já no primeiro trimestre de 2010 a evolução da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo atingiu o patamar de 25,95%.

Pinotti (2008) faz uma reflexão sobre a política fiscal no período da crise de 2008 e conclui que a experiência vivenciada revela que a superação de qualquer crise não se dá apenas através de políticas anticíclicas, mas por meio de redução dos gastos, assim como da elevação da poupança no setor público.

Para o referido autor não são as políticas anticíclicas que colaboraram para que o Brasil não tivesse sua economia impactada de forma significativa. Ele justifica seu posicionamento e esclarece:

O déficit em contas correntes nada mais é do que o excesso dos investimentos sobre as poupanças totais (pública e privada), e a elevação da poupança pública abriria o espaço para manter um pouco mais elevada a taxa de investimentos. Se, no entanto, o governo decidisse pela adoção de políticas contra-cíclicas, estará reduzindo o espaço para os investimentos privados, levando a déficits maiores nas contas correntes, o que combinado com o encolhimento dos fluxos de capitais e à queda dos preços internacionais de *commodities* levará a uma maior depreciação cambial e à maior inflação. No curto prazo, todos poderão sentir-se melhor se o governo anunciar que “impedirá” uma desaceleração do crescimento. Mas o resultado final não seria o prometido pelo governo (PLNOTTI, 2008, p. 10).

Buscou-se, no período da crise, reduzir a carga tributária e algumas medidas fiscais foram adotadas para o enfrentamento da mesma, enfatizando, especialmente, uma revisão da gestão pública no que se refere ao setor do comércio exterior, mercado de fluxos de capitais e ainda, destacando questões como incentivo à contratação e a reformulação da política fiscal, objetivando a desoneração dos contribuintes e estímulo à recuperação do comércio internacional e mercado financeiro (GUIMARÃES, 2010).

A Tabela 1 apresenta um comparativo entre a carga tributária total antes e depois das medidas fiscais adotadas pelo governo para enfrentar a Crise de 2008, o que permite vislumbrar melhor a redução que ocorreu na tributação.

Tabela 1 – Carga Tributária total antes e após as mudanças realizadas pelo governo e variação na arrecadação total para as regiões do IPCA.

Classe de renda per capita (R\$) ⁽¹⁾	Total antes (%)	Total depois (%)	Queda da carga total (%)	Variação na arrecadação total (%)
Até 120	21,81	21,65	-0,16	-0,70
Maior que 120 até 240	17,45	17,27	-0,18	-1,04
Maior que 240 até 360	15,78	15,67	-0,11	-0,71
Maior que 360 até 480	16,13	16,02	-0,11	-0,73
Maior que 480 até 600	14,71	14,58	-0,13	-0,90
Maior que 600 até 720	14,69	14,43	-0,26	-1,78
Maior que 720 até 960	15,79	15,45	-0,34	-2,19
Maior que 960 até 1.200	15,21	14,67	-0,53	-3,51
Maior que 1.200 até 1.440	15,42	14,88	-0,54	-3,50
Maior que 1.440 até 1.920	17,08	16,33	-0,75	-4,42
Maior que 1.920 até 2.640	17,17	16,49	-0,68	-4,00
Maior que 2.640 até 3.840	16,41	15,74	-0,67	-4,08
Maior que 3.840	15,55	15,04	-0,51	-3,22
Média ponderada	16,05	15,61	-0,44	-2,77

Fonte: Pintos-Payeras, 2009, p. 54

Através da Tabela 1 pode-se verificar que a aplicação de medidas fiscais para superação da crise de 2008 geraram resultados favoráveis ao país, pois promoveram uma regressão no montante tributário cobrado dos cidadãos brasileiros.

Segundo Guimarães (2010, p. 12-13):

[...] o Brasil adotou pacote de medidas fiscais, com fins extrafiscais, de modo a manter níveis econômicos regulares ou mitigar os efeitos causados na macroeconomia. Trata-se da redução de diversos tributos, em especial os com finalidades precipuamente extrafiscais, como o II, o IE, o IPI e o IOF, sobre os segmentos notoriamente alcançados, quais sejam, automobilístico, financeiro, da construção civil, moveleiro. De fato, a política fiscal adotada no Brasil, ao que parece ao governo, alcançou resulta dos almejados, no sentido de que os mercados alvo mantiveram níveis de comercialização e de negociação razoáveis, assim como na mitigação de desemprego elevado, em razão da redução da receita tributária federal.

Apesar de as medidas fiscais implementadas apresentarem resultados positivos, alguns segmentos da sociedade foram enfraquecidos, com destaque aos pequenos empresários que receberam uma carga tributária muito elevada, como é o caso também dos pequenos exportadores.

Os efeitos imediatos da crise foram contidos, mas grande parcela da população foi afetada com a redução na renda, isso porque, as reduções atingiram determinados segmentos, como já dito, mas em relação à redução dos gastos públicos para compensar as perdas fiscais, não houve qualquer alteração (GUIMARÃES, 2010).

3.2.2 Monetária

A crise financeira de 2008 gerou certa insegurança e com isso, vários atores privados buscaram proteger seus patrimônios, adquirindo ativos de maior liquidez, o que motivou a desvalorização do real no mesmo ano, fazendo com que o Banco Central do Brasil implementasse ações para reverter a situação.

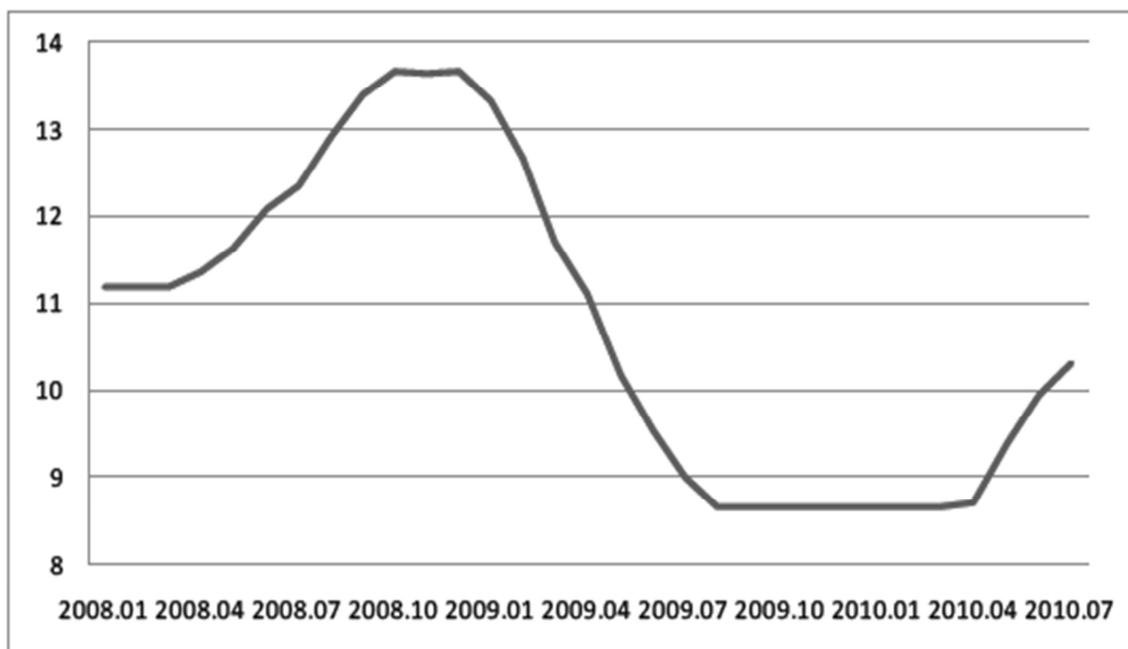
Segundo Nozaki (2011, p. 47):

A primeira reação do Banco Central do Brasil, a fim de contornar a situação dos bancos médios e pequenos foi patrocinar a liberação dos depósitos compulsórios em US\$ 13,2 bilhões, valor que logo foi ampliado para um montante de US\$ 100 bilhões. A diminuição do recolhimento e a permissão para a utilização do compulsório garantiram, em um primeiro momento, a liquidez necessária para que o mercado bancário não experimentasse uma bancarrota. Além disso, foram tomadas medidas de incentivo para que os grandes bancos pudessem adquirir a carteira dos pequenos e médios.

Houve uma queda na valorização da moeda, o que não foi tão impactante devido ao processo de elevação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) no período anterior à crise de 2008.

O Gráfico 4 revela a variação da taxa Selic no período de maio a dezembro de 2008, que permite uma ideia mais clara da situação vivenciada pelo Brasil.

Gráfico 4 – Evolução mensal dos juros efetivos (Selic) 2008-2010 (em % a.a.)



Fonte: Nozaki, 2011, p. 49.

Verifica-se que no início de 2008 houve crescimento da taxa Selic, que se manteve até o final do mesmo ano, momento em que teve início um processo de redução contínua da referida taxa, que só foi revertido em meados do ano seguinte.

Schlögl (2011, p. 53) apresenta um estudo sobre a política monetária e esclarece:

No que diz respeito a política monetária, é preciso ponderar que os cortes na taxa básica de juros apenas se concretizaram quando o temor de desvalorização do real foi substituído pela preocupação com a queda no nível de atividade. Além disto, [...] nas condições atuais é improvável que uma redução da taxa básica de juro possa estimular de forma considerável a realização de gastos privados, dado o quadro estabelecido e generalizado de apreensão. Neste momento, uma redução persistente e significativa do juro é uma medida que tem efeitos fiscais mais importantes do que os efeitos que provocaria sobre o lado real da economia – na medida em que estimularia gastos privados apenas de forma muito modesta.

A demanda agregada é fortemente impactada pela política monetária de maneira que a redução das taxas de juros gera resultados positivos no que se refere à diminuição dos encargos da dívida interna, o que permite aumento nos gastos públicos, mas por outro lado, não estimula investimentos privados (SCHLÖGL, 2011).

Destaca-se que o governo operou sobre a taxa de juros visando atingir as metas de inflação e a política monetária mais flexível adotada as acompanhou. Além disso, para solucionar a falta de estímulos nos investimentos privados, o governo orientou os bancos a disponibilizar mais financiamentos, o que colaborou para o crescimento das operações de crédito de maneira acelerada (NOZAKI, 2011).

CONCLUSÃO

O Brasil, em virtude de um período muito próspero, não foi atingido de forma tão intensa com a crise de 2008, mas precisou tomar algumas medidas para que os impactos à economia não fossem devastadores. Tais medidas estratégicas colaboraram para que o país superasse a crise, com destaque às políticas econômicas anticíclicas, que se basearam em ações de retração no desenvolvimento da economia brasileira, especialmente relacionadas às políticas monetária e fiscal.

Apesar de algumas críticas, o governo brasileiro aplicou mecanismos e promoveu ações que geraram resultados positivos, que impediram que a crise de 2008, que foi tão marcante em vários países, não afetasse tanto o Brasil.

Verificou-se que a crise de 2008 impactou, inicialmente, o setor financeiro e se estendeu para o produtivo, levando o governo brasileiro a adotar uma série de medidas e ações para recuperação da economia do país.

Foram adotadas políticas econômicas anticíclicas que apresentaram como efeito a reversão da retração no desenvolvimento da economia brasileira. As políticas fiscais adotadas se destacaram, sendo responsáveis por controlar a crise de modo a não impactar de maneira significativa a economia do país, o que ocorreu a partir da compensação dos efeitos negativos, principalmente, a elevação dos juros e desvalorização do câmbio.

O governo buscou inibir a crise de 2008 através da redução da carga tributária, o que foi marcante para que resultados positivos fossem alcançados, o que em contrapartida, muito afetou um número elevado de cidadãos brasileiros, isso porque houve redução da renda.

Outra questão relevante que foi verificada a partir do estudo é que houve profunda insegurança em virtude da crise de 2008, motivando muitas pessoas e empresas a buscarem meios de protegerem seus patrimônios, o que levou à desvalorização do real e revelou a necessidade de medidas eficazes no âmbito da política monetária.

Observou-se que apesar dos resultados positivos em relação às medidas tomadas para controle e superação da crise de 2008, alguns autores, entre eles Oreiro (2008) as consideraram insuficientes, em virtude de sua dimensão e gravidade quando analisada em âmbito mundial, gerando um “empocamento de liquidez”.

Conclui-se ainda que as políticas econômicas adotadas no período da crise motivaram a recuperação das taxas do PIB brasileiro, que caíram consideravelmente em 2008 e início de 2009, ocorrendo uma recuperação no final deste último ano, reduzindo as taxas de desemprego.

Finalmente, observa-se ainda que a superação da crise de 2008 por parte do Brasil não ocorreu apenas em função das políticas econômicas anticíclicas adotadas, mas, principalmente, devido ao período anterior à crise, que foi muito positivo para o país, o que minimizou os efeitos da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Juliano Junqueira. **A crise financeira de 2008 e a arrecadação tributária**: Lições para o desenho de transferências e federalismo fiscal. Brasil: Tesouro Nacional, 2012.

ABREU, Yolanda Vieira de. **Evolução histórica da moeda estudo de caso: Brasil (1889 – 1989)**. Málaga, Espanha: Eumed, Universidade de Málaga, 2009.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

BRASIL. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília : Ipea, 2010.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Entendendo a crise financeira mundial**. In: Dossiê da Crise, Associação Keynesiana Brasileira, 2008.

CAVALCANTE, Marco A. F. H. **Política Fiscal e nível de atividade**: breve resenha da literatura empírica e lições para o Brasil. Economia & Tecnologia, Ano 5, vol. 19, out/dez, 2008.

CURVO, Raul Murilo Chaves. **Comparação entre as grandes crises sistêmicas do sistema capitalista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FARHI, Maryse. **A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional**. In: Dossiê da Crise, Associação Keynesiana Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Ariane Costa. **A política fiscal no Brasil para enfrentamento da crise econômica global no Biênio 2008-2009**. Brasília: II Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas de Estado, 2010.

LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira dos; GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2011, vol.26, n.76, pp. 63-76.

MAGALHÃES, Luis Felipe. **A Política Econômica durante o governo Lula (2003-2010)**: cenários, resultados e perspectivas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

MANKIW, N Gregory. **Princípios de Microeconomia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

MENESES, Anderson. **Mercado financeiro**: teoria, questões comentadas e mais de 100 questões propostas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NOZAKI, William Vella. **A crise financeira internacional e a atuação do Estado nacional**. Rio de Janeiro: OIKOS, Volume 10, n. 1, 2011.

OREIRO, José Luis da Costa. **A crise financeira brasileira**: Uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira à lá Minsky. In: Dossiê da Crise, Associação Keynesiana Brasileira, 2008.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINTOS-PAYERAS, José Adrian. **As Alterações Recentes nos Impostos e seus Impactos na Arrecadação e Distribuição**. Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional – 2009.

PLNOTTI, Maria Cristina. **A crise de 2008 e o Brasil**. Fórum Nacional - Edição Extraordinária Sob o Domínio da Insegurança (Crise Global) 3 e 4 de dezembro de 2008.

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo LULA**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SCHLÖGL, Bruno; **A Política Anticíclica durante a crise global de 2008/2009**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SILVA, Leonardo Xavier. **Estado e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.